



### 20) Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos

\_\_\_\_.ª Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>

Inquérito n.º \_\_\_\_

Ofício n.º \_\_\_\_

Vistos.

Trata-se de representação da autoridade policial pela quebra do sigilo de dados telefônicos de vários números, relacionados tanto às vítimas do crime de coação no curso do processo, quanto do suspeito, com o objetivo de aclarar a autoria da referida infração penal.

Instaurou-se inquérito policial e vários depoimentos foram colhidos, restando indubitosa a materialidade do delito, mas havendo absoluta necessidade de se detectar, com segurança, a autoria.

Segundo nos parece, a Lei 9.296/96, autorizando a interceptação telefônica, que significa tomar conhecimento da conversa mantida entre duas ou mais pessoas pela comunicação estabelecida por aparelho de telefone, terminou regulando a mais grave violação da intimidade alheia. Logo, apurar quais são os dados constantes nos registros da empresa administradora das linhas enumeradas na representação é menos invasivo, razão pela qual igualmente válido.

Normas constitucionais, ainda que estabeleçam direitos ou garantias, não têm caráter absoluto, devendo harmonizar-se com outras, identicamente relevantes. O crime de coação no curso do processo é grave, apenado com reclusão, esgotando a autoridade policial as diligências cabíveis para apurar a sua autoria, restando, pois, conhecer os registros das ligações telefônicas realizadas para as residências dos jurados nos últimos dois meses para verificar a autoria da infração penal (art. 2.º, Lei 9.296/96).

Justificada a indispensabilidade da medida, não somente pelo *fumus boni iuris*,<sup>2</sup> mas sobretudo pelo *periculum in mora*,<sup>3</sup> pois a sessão de julgamento do Tribunal do Júri foi adiada até que esta investigação tenha efeito, de-

<sup>1</sup> Quando houver na Comarca, a decisão será proferida por Departamento ou Vara Especializada em Inquéritos.

<sup>2</sup> Significa “fumaça do bom direito”.

<sup>3</sup> Significa “perigo na demora”.

firo a quebra do sigilo de dados das linhas \_\_\_\_\_,<sup>4</sup> nos últimos dois meses.

Em segredo de justiça, oficie-se à empresa de telefonia para que sejam adotados os procedimentos necessários à execução da medida.

Comunique-se à autoridade policial e ao Ministério Público.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Direito

<sup>4</sup> Enumerar todas as que foram indicadas no ofício da autoridade policial, que contam com a concordância do juiz para a obtenção dos dados.